

As redes de Fibra Óptica impactam positivamente no dia a dia

Sergio Henrique Diniz (*)

O mundo está cada vez mais conectado e as pessoas, por sua vez, estão aumentando os níveis de exigência, uma vez que suas vidas passaram a girar em torno da internet

Você já imaginou como seria o seu dia sem poder utilizar, nem ao menos uma vez, os dispositivos móveis para falar com alguém, consultar a previsão do tempo, ou realizar qualquer uma das facilidades que estão disponíveis na palma de nossas mãos? Certamente, para 99% das pessoas, seria praticamente impossível se imaginar nessa situação.

Assim, para garantir que um acesso eficiente e seguro esteja disponível para todos os usuários, é preciso entender que existe a utilização de muitas tecnologias e que uma escolha errada pode prejudicar totalmente a infraestrutura de rede de uma cidade ou empresa. Atualmente, a fibra óptica é a solução mais usada e segura que existe no mercado de transmissão de dados - considerada uma ótima opção para a substituição dos fios de cobre -, que utilizam o princípio da transmissão pela luz.

Esses cabos se assemelham a um fio de cabelo humano, devido a sua espessura, e possuem uma estrutura extremamente simples, sendo envolvidas apenas por uma capa protetora, interface e núcleo, mas que são responsáveis por carregar informação digital ao longo de grandes distâncias, podendo transmitir cerca de bilhões de bits de dados por segundo e conseguindo levar, até mesmo, vários sinais ao longo de uma única fibra, por meio da utilização de lasers de cores diferentes.

Desse modo, a falta de espaço para instalações de rede, que ainda é um grande problema para muitos locais, pode ser facilmente reparada, uma vez que cabos de fibra óptica exigem menos espaço da infraestrutura existente ao contrário dos cabos metálicos.

E quando falamos em garantia da confiabilidade, a solução também merece destaque.

Além de uma vida pessoal cada vez mais on-line, cerca de 99% das companhias de todo o mundo dependem dessa ferramenta para inúmeras ações, como transações internas, reuniões, ou até mesmo para o funcionamento do dia a dia de um escritório.

Ou seja, a internet é, de fato, um instrumento de trabalho que não deve falhar. Assim, os cabos ópticos são essenciais devido a sua elevada resistência, uma vez que não sofrem interferência magnética e climática, são imunes às ações do tempo - não envelhecem, oxidam ou enferrujam - e garantem 100% de segurança, já que não permitem qualquer tipo de interceptação ao decorrer do caminho.

Em relação aos benefícios, não podemos relacioná-los apenas à internet. A fibra óptica também é uma importante solução para as câmeras de vídeo de segurança, de modo a transmitirem imagens de alta definição, permitindo a análise de detalhes específicos, e aumentam a possibilidade de delays, devido à sua intensidade que se aproxima da velocidade da luz.

Fatores esse que auxiliam as equipes de segurança a tomarem medidas necessárias, de modo mais assertivo e ágil, em ambientes com grande movimentação de pessoas - já que nem sempre é uma tarefa fácil. De fato, as redes de fibra óptica já são utilizadas em diversos países, mas ainda prometem ser a principal tendência para os próximos anos.

Em projetos de cidades inteligentes, por exemplo, que estão, cada vez mais, em desenvolvimento, essa solução é uma das peças-chave para o seu bom desempenho, uma vez que além de sua eficácia altamente comprovada, o custo-benefício da solução também é atraente para os negócios. Desse modo, vale a pena investir nesse método de transmissão de dados para o sucesso de seu negócio e agilidade do dia a dia.

(*) - É gerente comercial da Seal Telecom, multinacional brasileira de engenharia de projetos que agrega tecnologias inovadoras para o desenvolvimento de projetos eficientes e economicamente competitivos.

Proibição de casamento antes dos 16 anos em votação

Dênio Simões/Ag. Brasília



Para a relatora, senadora Marta Suplicy, "o projeto atende a um mundo que mudou".

Pode ser analisado em 2019 pelo Plenário do Senado o projeto que proíbe definitivamente o casamento de menores de 16 anos, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, que tem pedido de urgência e está pronto para análise. De acordo com o Código Civil, o casamento é permitido após a maioria civil (18 anos) ou após os 16 anos, com a autorização dos pais.

Para menores de 16 anos, o casamento só é admitido em caso de gravidez ou para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal, já que ter relações sexuais com menores de 14 anos é crime com pena que vai de 8 a 15 anos de reclusão. Apesar de o Código Penal não prever mais a extinção da pena com o casamento, a menção a essa situação não foi revogada no Código Civil.

Para a deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), autora do

texto, a presença dessa redação na lei, ainda que sem eficácia, atenta tanto contra a dignidade das crianças quanto contra a imagem do país no exterior. Para ela, a mudança na lei é um avanço. A relatora, senadora Marta Suplicy (MDB-SP), concorda. "Tem que ser encarada a questão das meninas, e por que não dizer dos meninos também, que são obrigados a casamentos que não fazem o menor sentido", disse Marta.

Relatório do Banco Mundial aponta que o número de matrículas de meninas no ensino secundário e o coeficiente de emprego das mulheres são mais altos onde a idade legal para elas se casarem é 18 anos ou mais. "Níveis educacionais mais baixos devido ao casamento infantil também podem afetar a capacidade da mulher de conseguir emprego", aponta o relatório (Ag.Senado).

Deputados divergem sobre rumos da política ambiental brasileira

Deputados projetam os desafios em torno do meio ambiente no governo Jair Bolsonaro. Depois de cogitar fundir os ministérios da Agricultura e de Meio Ambiente, o presidente escolheu o advogado Ricardo Salles para comandar a pasta ambiental e a deputada federal licenciada Tereza Cristina para estar à frente do Ministério da Agricultura

Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro também chegou a falar em retirada do Brasil do Acordo de Paris - que trata de metas contra o aquecimento global -, mas depois recuou da ideia.

Na Câmara, deputados ligados às causas socioambientais e ao agronegócio divergem sobre os rumos da política ambiental brasileira. O coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), critica uma possível tendência de subordinação do meio ambiente à agropecuária. "Não faz sentido subordinar a proteção do meio ambiente do País - que, perante o mundo inteiro, é conhecido como o país da Amazônia e da biodiversidade - à ganância por lucro rápido e fácil", defendeu.

Na mesma linha, o deputado Nilto Tatto (PT-SP), prevê "retrocessos" na atuação brasileira diante dos acordos internacionais do clima, da biodiversidade



Para Giovanni Cherini, "é preciso tirar os exageros e diminuir o tempo das licenças ambientais".

e do desenvolvimento sustentável. "O governo desacredita em tudo aquilo que a humanidade produziu do ponto de vista de ciência e de pesquisa sobre os limites do planeta. Com isso, a montagem do governo mostra que o Brasil vai trabalhar no sentido de não cumprir as metas, com consequências

gravíssimas do ponto de vista ambiental e da saúde humana", afirmou.

Já o deputado Giovanni Cherini (PR-RS) afirma que o saneamento básico é o principal desafio ambiental do país. Ele aposta que haverá "equilíbrio" nas ações do governo Bolsonaro para evitar que as

licenças ambientais travem o desenvolvimento econômico. "O Brasil tem 50% de áreas indígenas e florestas preservadas. A balança comercial de R\$ 95 bilhões se equilibrou em função do agronegócio. É preciso tirar os exageros e diminuir o tempo das licenças ambientais. Não são os organismos internacionais que têm que dizer o que o Brasil tem que fazer", disse.

O deputado Valdir Colatto (MDB-SC) lembra que o agronegócio também vai cobrar a superação de pendências do novo Código Florestal, em vigor desde 2012. "O Cadastro Ambiental Rural, que já está praticamente concluído, e o Plano de Regularização Ambiental devem resolver o passivo ambiental em cada propriedade, mas nós não temos isso. Fazendo isso, teremos o pagamento pelos serviços ambientais para manter uma floresta em pé", explicou (Ag.Câmara).

Fiscalização sobre recursos públicos geridos por cartórios

A Câmara dos Deputados analisa o projeto do deputado Celso Russomanno (PRB-SP), que pretende ampliar a transparência e a fiscalização sobre recursos públicos administrados por cartórios. O texto inclui dispositivo na Lei dos Cartórios.

Conforme a proposta, os recursos destinados à compensação dos registradores relacionados aos atos gratuitos praticados e complementação da receita mínima das serventias deficitárias e as quantias destinadas à carteira de previdência dos registradores e notários, enquanto recursos públicos, deverão ser submetidos à fiscalização dos respectivos Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

"Hoje não há determinação específica quanto à gestão, destinação e fiscalização desses recursos específicos, nem sequer a obrigatoriedade de serem submetidos à apreciação dos órgãos competentes", disse o autor da proposta. A proposta será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Projeto define regras para associações de socorro mútuo

Projeto em discussão na Câmara define regras para que associações da sociedade civil possam atuar como associações de socorro mútuo, que são responsáveis pelo rateio entre os associados de despesas já realizadas. O texto é de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ). As associações de socorro mútuo são entidades sem fins lucrativos cujos associados contribuem com um valor para a manutenção da sede e de funcionários e outro para divisão de despesas.

Cavalcante argumenta que as regras que dizem respeito à forma como uma associação civil realiza a divisão das despesas de seus associados, bem como suas obrigações jurídicas, tributárias e administrativas devem constar de lei. "Torna-se necessária a criação de normas mínimas para melhor funcionamento desta divisão de despesas", disse. O texto do projeto prevê, por exemplo, a indicação de um teto para o rateio das despesas. As contribuições deverão ser mensais e serão



Para Sóstenes Cavalcante, é necessário ter regras legais para esse tipo de associação.

variáveis em razão das despesas ocorridas.

O projeto ainda deixa claro que a atividade de uma associação civil que irá realizar o rateio de despesas já ocorridas não se equipara a contrato de seguro privado, que envolve instituição com fins lucrativos e o pagamento do prêmio - valor pago à seguradora para obter a cobertura contratada. "A associação não se obriga a arcar com riscos predeterminados, como ocorre nos contratos de seguro privado, mas apenas a tomar conhecimento das despesas já ocorridas entre os

seus associados para realizar a divisão/rateio", explica o autor.

A proposta prevê que os gestores indicados no estatuto da associação devem ter reputação ilibada, não podem ocupar cargos em associações que tenham o mesmo objetivo ou interesses conflitantes e serão eleitos para mandato remunerado não superior a quatro anos, sendo permitida a reeleição. A proposta será analisada conclusivamente pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Direito de aluno faltar à aula por motivos religiosos

Foi sancionada a lei que assegura aos alunos o direito de faltar a aulas e a provas por motivos religiosos e de consciência. A lei foi publicada na sexta-feira (4) no Diário Oficial da União. A norma altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para garantir a alunos direitos que estejam alinhados a sua religião.

Segundo líderes religiosos, cerca de dois milhões de brasileiros guardam o sábado e, por razões de fé, não podem estudar ou trabalhar até o pôr do sol. Por isso, as atividades que caíam em dias que, segundo os preceitos religiosos, seja vedado o exercício de tais atividades, devem ser compensadas pela reposição de aulas. A norma prevê ainda que a frequência seja atestada, bem como as provas sejam realizadas em segunda chamada.

Prorrogados os incentivos para empresas no Nordeste e Amazônia

O presidente Jair Bolsonaro autorizou a prorrogação de incentivos concedidos às empresas que executam projetos junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). A sanção foi publicada na edição de sexta-feira (4) no Diário Oficial da União. Na mesma mensagem, Bolsonaro restringiu um trecho do projeto aprovado que estenderia também o benefício a projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

A justificativa do veto é que a desoneração tributária possui restrições estipuladas em leis que estabelecem uma redução progressiva da renúncia. "De modo que a renúncia total da receita não ultrapasse, em dez anos, 2% do produto interno bruto". Outra motivação para o veto parcial foi a perda de receita da extensão de benefícios à Sudeco e o fato de não haver uma previsão de receita para equilibrar as contas diante das perdas. "O projeto não está acompanhado de um aumento de receita compensatória e estimativa trienal do impacto orçamentário-financeiro como determinam a legislação vigente", disse o presidente, em mensagem ao Legislativo (ABR).



Alunos agora têm o direito de faltar por motivos religiosos e de consciência.

No Senado, o projeto foi aprovado em turno suplementar pela Comissão de Educação. O relator, senador Pedro Chaves (PRB-MS), justificou que a matéria vai suprir lacuna da

legislação, conciliando o direito à liberdade religiosa com o direito à educação. "Ninguém pode ser prejudicado por conta de suas crenças e convicções", afirmou Chaves (Ag.Senado).

Presidente diz que alíquota do IR poderá ser reduzida

O presidente Jair Bolsonaro disse na sexta-feira (4), após participar de cerimônia de transmissão do comando da Aeronáutica para o tenente brigadeiro do ar Antonio Carlos Moretti Bermudez, na Base Aérea de Brasília, que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deve anunciar a possibilidade de diminuir o teto da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física, de 27,5% para 25%. "Porque o nosso governo tem de ter a marca de não aumentar impostos", afirmou.

Bolsonaro também disse que o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) já foi assinado, mas "para quem tem operação fora". Segundo ele, a medida foi necessária "para poder cumprir uma exigência de um projeto aprovado [pelo Congresso] nesse sentido, como pauta bomba, contra a nossa vontade". afirmou que "o percentual [de aumento] é mínimo, uma fração".

Bolsonaro também disse que o governo deve apresentar a proposta para a reforma da Previdência ainda este mês. "Vamos aproveitar o que está na Câmara. Tudo aquilo que é para entrar em vigor até o final de 2022, essa é a última ideia que eu quero ver se a gente consegue colocar em prática e compor com o Parlamento, já que a proposta está lá. Seria como está na proposta agora, 62 anos para os homens no final de 2022. E para mulheres, de 55 para 57 [anos]" (ABR).